

LINGUAGEM E PODER NAS MÍDIAS BRASILEIRA E PORTUGUESA

LANGUAGE AND POWER IN BRAZILIAN AND PORTUGUESE MEDIA

Isabel Roboredo Seara*

isabel.seara@uab.pt

Leonor Werneck dos Santos**

leonorwerneck@gmail.com

Este estudo propõe ampliar a discussão teórica sobre referenciação, analisando artigos de opinião que tratam de temas associados à violência, publicados na mídia em Portugal e no Brasil. Na perspectiva teórica, serão discutidos tópicos referentes à correferencialidade e à inferencialidade necessárias para a identificação dos objetos de discurso, seguindo o aporte teórico da Linguística de Texto e de outras pesquisas com viés textual-discursivo, como Fonseca (1992), Fuchs (1992), Apotheloz e Reichler-Béguelin (1995), Koch e Marcuschi (1998), Mondada e Dubois (2003), Cornish (2011) Maalej (2011), Pecorari (2015), Cabral e Santos (2016), entre outros. Convocamos igualmente alguns pressupostos sobre argumentação, alicerçando a reflexão nos estudos de Ducrot (1988), Charaudeau (2008) e Amossy (2008, 2009). Nosso propósito é descrever o comportamento das anáforas como marcadores axiológicos da condução argumentativa dos textos com temática política, polarizando a complexa rede de poder. Pretendemos, portanto, colaborar nos estudos de interface entre referenciação e gênero textual, especificamente em se tratando de gêneros textuais aos quais os leitores têm fácil acesso via *Web*, demonstrando como anáfora e dêixis podem ajudar a marcar ideologicamente o texto.

Palavras-chave: Linguística. Referenciação. Mídia. Violência.

This study proposes to broaden the theoretical discussion about referencing by analyzing opinion articles dealing with themes associated with violence, published in the media in Portugal and Brazil. In the theoretical perspective, topics related to the co-referentiality and inferentiality necessary for the identification of speech objects will be discussed, following the theoretical support of Text Linguistics and other researches with textual-discursive bias, such as Fonseca (1992), Fuchs (1992), Apotheloz and Reichler-Béguelin (1995), Koch and Marcuschi (1998), Mondada and Dubois (2003), Cornish (2011) Maalej (2011), Pecorari (2015), Cabral and Santos (2016), among others. We also invoke some assumptions about argumentation, basing the reflection on the studies of Ducrot (1988), Charaudeau (2008) and Amossy (2008,

* Professora do Departamento de Humanidades da Universidade Aberta (Lisboa); investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa) e do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (Braga), Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2117-5320>

** Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8415-3535>

2009). Our purpose is to describe the behavior of anaphora as axiological markers of the argumentative conduction of politically themed texts, polarizing the complex power network. Therefore, we intend to collaborate in the interface studies between referencing and textual genre, specifically in the case of textual genres to which readers have easy access via the web, demonstrating how anaphora and deixis can help to ideologically mark the text.

Keywords: Linguistics. Referencing. Media. Violence.

•

1. Introdução

Neste capítulo, partimos da perspectiva teórica da Linguística de Texto (LT) acerca de conceitos relativos a gênero textual, referenciação, texto, discurso, leitura, conhecimento prévio, dêixis e anáfora. Procederemos à análise de artigos de opinião, especificamente sobre temas referentes à violência, exemplificando com quatro textos (dois de Portugal e dois do Brasil) sobre o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, para verificar de que maneira os conhecimentos partilhados são acionados para a compreensão desses textos, em cada local em que são publicados, colaborando para mostrar perspectivas ideológicas diferentes sobre o crime.

A referenciação é um tema que vem sendo desenvolvido em pesquisas no âmbito da LT, por colaborar na construção dos efeitos de sentido das escolhas linguísticas no projeto de dizer – *cf.* Mondada e Dubois (2003); Cavalcante (2011); Koch (2014). Uma vez que, no âmbito dos estudos linguístico-discursivos, a língua é considerada em uma perspectiva dialógica, como lugar de interação (*cf.* Koch 2014), a perspectiva sociocognitiva e interacional que norteia a LT, desde o final da década de 1990, considera que a leitura pressupõe a interação autor-texto-leitor. Assim, os sentidos se constroem dialogicamente, uma vez que a LT considera o texto como processo, no qual é essencial perceber as marcas linguísticas constitutivas, a intencionalidade, os interlocutores envolvidos.

Nessa concepção sociointeracional e cognitiva de texto e leitura, que são o ponto de partida do aporte teórico da LT – *cf.* Koch (2003, 2014); Marcuschi (2008), Cavalcante *et al.* (2003); Cavalcante, Santos e Cavalcante (2014), entre outros –, podemos afirmar que o processo de referenciação não é a simples substituição de um termo por outro equivalente, mas uma prática discursiva que pressupõe uma interação entre os sujeitos do discurso, responsáveis por escolhas significativas para representar os referentes de acordo com a sua proposta de sentido. Esse conceito reitera, portanto, a íntima relação entre coesão e coerência, uma vez que só é possível identificar os objetos de discurso retomados ou antecipados a partir de associações cognitivas.

Na cadeia referencial, há um ‘ir-e-vir’ dos processos textual-discursivos que ilustra a relação entre coesão e coerência na compreensão do texto, atuando na (re)construção dos referentes, isto é, não há uma perfeita equivalência entre as palavras e as coisas. Por isso, é necessário fazer associações, conforme nossos conhecimentos

prévios, para compreender as cadeias referenciais. Mostraremos como essas associações são implementadas na leitura dos artigos de opinião analisados, comprovando o papel textual-discursivo das estratégias anafóricas e dêiticas.

2. Referenciação e construção de sentido

Atualmente, para a LT, “a função mais importante da língua não é a informacional e sim a de inserir os indivíduos em contextos sócio-históricos e permitir que se entendam” (Marcuschi 2008, p. 67). Por isso, o texto precisa ser visto como processo, não como produto – ou, segundo Koch (2014), o texto é como um “mapa da mina”. Assim, cada leitor fará seu levantamento de hipóteses para compreendê-lo, dependendo de seus conhecimentos linguísticos, interacionais, contextuais, intertextuais e de mundo.

Percebe-se, portanto, que a atividade de leitura é estratégica e depende de graus de percepção de aspetos inferenciais e referenciais. São essas estratégias que articulam conhecimentos prévios e colaboram com o levantamento de hipóteses durante a leitura. Desta forma, aspetos textuais e ‘extratextuais’ são igualmente importantes (*cf.* Schiffrin 1990), pois, segundo Marcuschi (2008, p. 95), “não se pode imaginar o texto como se tivesse um dentro (cotextualidade) e um fora (contextualidade)”. Ou seja, tudo é texto, tudo é passível de leitura, tudo colabora para a construção dos sentidos.

Como os textos são materializações dos gêneros textuais, a instabilidade dentro da relativa estabilidade decorre do objetivo dos interlocutores e do contexto sociocognitivo. Por isso, conforme Marcuschi:

O texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são, em geral, definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona. Esse fenômeno não é apenas uma extensão da frase, mas uma entidade teoricamente nova. (...) falamos de texto como um evento que atualiza sentidos e não como uma entidade que porta sentidos na independência de seus leitores. (2008, pp.72–90)

Nessa perspectiva, atualmente, a LT aproxima os conceitos de texto e discurso. Segundo Marcuschi, ambas as noções podem ser consideradas em conjunto:

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos. Texto e discurso não distinguem fala e escrita como querem alguns nem distinguem de maneira dicotômica duas abordagens. São muito mais duas maneiras complementares de focar a produção linguística em funcionamento. (2008, p. 58)

Essa concepção é essencial para compreender o conceito de referenciação à luz da LT. Já que a construção de sentido é um processo colaborativo, decorrente do acionamento de conhecimentos prévios, os processos referenciais também precisam ser considerados como algo em permanente construção, pois os objetos de discurso são construídos, interativa e discursivamente, e não preexistem ao discurso. Por isso, o conceito de referenciação vem substituindo o de ‘referência’, uma vez que remete à noção de processo, e os objetos de discurso são analisados tendo em vista a coconstrução de sentido, por serem “objetos constitutivamente discursivos”, como

sublinham Mondada e Dubois:

Passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. (Mondada & Dubois 2003, p. 20)

Assim, o conceito de referenciação engloba introdução de novos referentes e recategorizações, constituindo a progressão referencial. Os referentes são construídos na prática sociocognitiva, por isso a instabilidade dos referentes é inerente ao discurso. Como nos lembra Koch:

Os objetos de discurso a que o texto faz referência são apresentados em grande parte de forma lacunar, permanecendo muita coisa implícita. [...] Ou seja, visto que não existem textos totalmente explícitos, o produtor de um texto necessita proceder ao “balanceamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via inferenciação. (Koch 2002, p. 30)

Sendo o processo de construção/reconstrução dos objetos de discurso, portanto, sociocognitivo e interacional, mesmo em casos de anáfora correferencial, segundo Cavalcante (2011, p. 36), o “referente vai sendo alterado em proporções variadas”, pois acionam-se conhecimentos prévios e acrescentam-se significados outros aos referentes. Portanto, as estratégias de referenciação colaboram para a construção de sentidos do texto e dependem do acionamento de conhecimentos prévios linguísticos, enciclopédicos e contextuais, além da percepção da estrutura textual e da orientação argumentativa, como lembram Santos, Cuba Riche e Teixeira:

(...) não basta identificar a que elemento no texto determinado pronome ou substantivo se refere, porque, muitas vezes, há mais de um elemento morfossintaticamente capaz de associar-se a esses termos. Para compreender um texto, é necessário relacionar os elementos de retomada à construção de seu sentido. (2012, p. 20)

Atualmente, portanto, adotamos o conceito de referenciação – no lugar de coesão referencial, terminologia comum até os anos 1990 –, pois esse conceito espelha com mais clareza o processo que subjaz às introduções e retomadas de referentes, chamados de objetos de discurso. De maneira semelhante, os processos referenciais anáfora e dêixis devem ser considerados na mesma perspectiva sociocognitiva e interacional (*cf.* Apotheloz & Reichler-Beguelin 1995). Assim, no que concerne aos processos referenciais, segundo Koch e Marcuschi (1998), as expressões referenciais podem desempenhar a função de introduzir um novo referente no universo discursivo e de recategorizar referentes estabelecidos no universo discursivo, colaborando para a progressão textual. Além disso, atualmente não faz sentido diferenciar catáfora de anáfora, “termo genérico, aplicável nos dois casos”, segundo Fonseca (1992, p. 191) e Cavalcante (2011).

Quanto às anáforas direta e indireta, tradicionalmente, a diferença entre ambas consiste na presença/ausência dos correferentes no cotexto. Assim, nos casos de anáfora

direta, os referentes estariam explicitados, havendo correferencialidade. Importa, porém, destacar a importância das pistas textuais que colaboram para a construção dos referentes. Nos artigos de opinião analisados, como será explicitado adiante, no item quatro, é comum o nome de Marielle Franco ser repetido, sendo contudo relevante analisar se os verbos estão na voz ativa ou passiva, se denotam ações corajosas ou se há enumeração de características por meio de adjetivos. Em suma, uma série de aspetos textuais e discursivos precisam ser considerados na análise dos processos referenciais, não apenas as anáforas.

Já nos casos de anáfora indireta, consideradas associativas por Kleiber (1995), teoricamente considera-se seu maior grau de inferência, pois os referentes constituiriam pistas textuais, ou “âncoras”, no dizer de Marcuschi (2001). Por último, o encapsulamento constitui-se em um processo referencial – estudado por autores como Conte (1999), Borreguero (2006), Abbot (2010), Pecorari (2015), entre outros –, cuja peculiaridade consiste em sintetizar (encapsular) porções textuais, por vezes com carga axiológica.

No que concerne ao conceito de dêixis, Cavalcante (2011, p. 59) lembra que dêixis, segundo a literatura tradicional – Fillmore (1975); Levinson (1983) e Lyons (1977) –, refere-se às “expressões referenciais cujo significado completo depende de aspectos da situação enunciativa”, porém esse processo confunde-se e, por vezes sobrepõe-se, à anáfora. Para Carreira (2008, p. 50): “Quer a ancoragem deíctica do discurso seja ‘real’ ou ‘mental’, a sua partilha numa dada relação interlocutiva, supõe uma regulação de distância *versus* proximidade da interlocução”. Tal conceção reitera as pesquisas de Fuchs, quando a autora afirma: “O que um interlocutor precisa para uma interpretação adequada dos deícticos vai muito além do conhecimento do tempo e do lugar da expressão literal. É necessária muita atividade inferencial” (Fuchs 1992, p. 6, tradução nossa).

Por outro lado, nas pesquisas sobre referenciação, dado abarcarem aspetos textuais e discursivos, considerando-os complementares, a ponto de não os diferenciarem, é descuidado o papel textual-discursivo da dêixis. Registre-se que, para Maalej (2013), que analisa discursos de políticos como Hosni Mubarak, é possível vislumbrar um papel argumentativo com posicionamento ideológico da dêixis de pessoa, em casos de contraposição eu/nós x vocês/os outros, que vai além da aceção como dêixis clássica, ‘pura’. Segundo o autor, “Para além do seu uso discursivo, pronomes [deícticos] têm demonstrado uma importante dimensão ideológica” (Maalej 2013, p. 639, tradução nossa).

Como se percebe, a partir da redefinição de referente como um objeto de discurso construído pelos interlocutores e, a cada momento da interação, reconstruído sociocognitivamente, as definições dos processos anafóricos e deícticos sofreram reinterpretções. Além disso, diversos linguistas defendem que há um limite tênue entre anáfora e dêixis, que vem preocupando pesquisadores como Yang (2011) e chega a dificultar a classificação – como vemos em Cornish (2011), com “anadêixis”. Esse posicionamento é semelhante ao de Vallauri, que alerta:

A opinião sugerida pelo manual de Levinson é ampla e amplamente compartilhada, com muito poucas vozes dissidentes. Como veremos, no entanto, isso não explica a substância do que acontece quando a referência anafórica ocorre. Em particular, alegaremos que não há diferença entre o que Levinson chama de “dêixis simbólica” e muitos casos de anáfora. Em outras palavras, essa anáfora, em vez de algo diferente de dêixis, é um caso particular dela. (Vallauri 2007, pp. 4–5; tradução nossa)

Percebe-se, portanto, que diversos autores vêm procurando discutir o status da dêixis em relação à anáfora, sendo bastante recorrente a defesa de que a distinção entre esses dois processos referenciais sequer deveria existir em alguns casos (*cf.* Schiffrin, 1990, Cornish, 2011). Por conseguinte, somos de opinião que será crucial aprofundar a investigação sobre as similitudes, as diferenças ou o *continuum* entre os processos de anáfora e de dêixis (Santos & Cavalcante 2014), a fim de verificar as diferentes possibilidades de classificação e quais os seus verdadeiros limites. No fundo, seriam todos “indicadores de referencialidade” (Benveniste, 1995 [1988]).

Assim, consideramos a referenciação como um processo responsável pela construção de sentido e pela progressão do texto, uma atividade discursiva a ser analisada sociointerativamente (Dummet 1990; Koch 2003), que implica a interação entre os participantes do discurso, que são responsáveis pelas escolhas significativas representando os objetos de discurso e os referentes, de acordo com o projeto de dizer. Dessa forma, mesmo a recorrência de termos também colabora para a recategorização dos objetos de discurso e “tem uma função argumentativa relevante, apresentando um papel persuasivo.” (Santos, Pinto & Cabral 2016, p. 175). Além disso, há de se considerar as pistas textuais (verbos, construções apassivadoras, negação, etc.) que colaboram na construção dos objetos de discurso. Por isso, subscrevemos inteiramente a posição de Nelson (1992, p. 182, tradução nossa), quando afirma que “Nenhuma noção de referência é adequada se não explicar sua intencionalidade.”

3. Argumentação: a construção de representações

O presente estudo está naturalmente ancorado nas teorias da argumentação, subscrevendo a perspectiva da teoria polifônica de Anscombe e Ducrot (1976), que sustenta que a argumentação é uma propriedade que percorrer as línguas naturais e que ela constitui o próprio sentido sendo intrínseca à língua. Reforça-se, pois, o papel dos operadores argumentativos que orientam o discurso, à medida que fornecem instruções para o encadeamento discursivo, permitindo a decodificação de pontos de vista argumentativos. Assim, segundo Ducrot (1988), a orientação argumentativa do enunciado decorre não apenas das informações expressas, mas também das intencionalidades em direção a um ponto de vista argumentativo.

Todavia, a perspectiva adotada, embora parta dos pressupostos da concepção de Anscombe e Ducrot (1976), considerando que a argumentação é interna à língua, amplia esse domínio situando-se ao nível discursivo, como uma atividade comunicativa situada na senda dos postulados de Amossy (2008, 2009), que considera que a argumentação é constitutiva da língua, mas que se processa no e pelo discurso, sendo as dimensões contextuais essenciais à eficácia argumentativa.

Dado que os textos e discursos, nomeadamente os dos média, sobre os quais recai a nossa análise, estão vocacionados para dar a conhecer – e muitas vezes impor – aos destinatários determinados pontos de vista, estes podem estar ao serviço do consenso ou inversamente instaurar o dissenso, conforme defendem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 524): “a força de um argumento se manifesta tanto pela dificuldade que haveria para refutá-lo como por suas qualidades próprias. A força dos argumentos variará, pois, conforme os auditórios e conforme o objetivo da argumentação”.

Para Charaudeau (2008), problematizar é uma das atividades cognitivas fundamentais no quadro da argumentação, impondo-se, contudo, outra atividade essencial: posicionar-se. Por esse motivo, a polémica que subjaz à argumentação parte de uma defesa de ponto de vista para chegar a uma conclusão, como subscreve Marques:

(...) argumentar é basicamente apresentar razões para uma conclusão, é defender um ponto de vista próprio em oposição a outro(s), mas é também dar lugar ao interlocutor, reconhecer-lhe o direito a usar da palavra, a ser parceiro na interação. Entrar em debate é, ainda, legitimar o tema em discussão e o argumentador. Deste modo, a argumentação é um exercício de tolerância e tem por esta via um claro pendor pedagógico, permitindo aos falantes aprender a conviver com diferentes opiniões, diferentes perspectivas, sobre os mais variados temas. (2011, p. 268)

Logicamente, a proposta de integração da análise de argumentos permitir-nos-á desvelar os esquemas argumentativos que subjazem à construção das notícias, permitindo, assim, conhecer qual a finalidade e qual a dimensão perlocutória de que o texto está imbuído, pois, como defendem Breton e Gauthier,

(...) explícita ou implicitamente, um argumento é sempre considerado como um conteúdo ou uma forma de conteúdo de comunicação. [...] Um argumento possui uma finalidade persuasiva intrínseca: procura suscitar a adesão de um interlocutor, ou de um auditório, a uma crença ou levá-lo a adotar um comportamento. (2001, pp. 12–13)

Por isso, o uso de estratégias de referenciação colabora para marcar um posicionamento argumentativo, indicando informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes (Koch 2003), que auxiliam na construção do sentido.

4. Análise de artigos de opinião

Como amostragem de análise dos efeitos de sentido de casos de anáfora e dêixis, procedemos à análise de quatro artigos de opinião publicados em *websites* portuguesas e brasileiros, em março de 2018, sobre o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes. O caso ganhou repercussão internacional, devido ao fato de a vereadora ser conhecida pela sua luta em defesa dos direitos humanos e contra a truculência policial e das milícias (grupos paramilitares armados que atuam em alguns bairros do Rio de Janeiro). Selecionamos dois artigos de opinião portuguesas e dois brasileiros, respetivamente¹: (P1) “Marielle e nós” (Moreira, 2018); (P2) “Uma

¹ Links dos textos analisados: P1 <http://expresso.sapo.pt/blogues/blogue_contrasemantica/2018-03-24-

vítima entre 60 mil” (Gonçalves, 2018); (B1) “A morte de Marielle Franco” (Velo, 2018); (B2) “Esquerda abutre” (Constantino, 2018).

Em relação aos suportes onde esses artigos de opinião foram divulgados, é importante explicitar que o jornal *Expresso* (P1) é o semanário de maior tiragem nacional em Portugal; já o *Observador* (P2) é um jornal diário português apenas disponível *online*. Quanto aos textos brasileiros, ambos em versão impressa e *online*, apresentam outra configuração: *O Diário de Pernambuco* (B1) é um jornal diário com circulação regional (Estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro), e a revista *Istoé* (B2) é semanal, com circulação nacional.

Nosso objetivo é mostrar como anáforas diretas (AD), encapsulamentos (AE) e casos de dêixis (DE), associados a diversas pistas textuais, constroem sentidos desses textos, apresentando perspectiva positiva ou negativa sobre Marielle e/ou sobre a repercussão do assassinato, contribuindo para criar efeitos argumentativos. Não nos preocupamos em selecionar artigos de opinião de *websites* com posicionamento político explícito; em vez disso, buscamos textos que, no calor da hora, pouco mais de uma semana do ocorrido, refletissem sobre o que aconteceu naquela noite de 14 de março de 2018.

Apenas para contextualizar, Marielle Franco era uma vereadora carioca de um partido de esquerda (PSOL), que, em seu primeiro mandato, havia conquistado o quinto lugar em número de votos. Sua agenda política incluía a defesa dos direitos humanos, principalmente as causas envolvendo mulheres, pobres, negros, população LGBT (ela mesma era negra, lésbica, oriunda de uma das favelas da cidade, a Maré) e vítimas de violência. Devido aos altos índices de mortes provocadas pela truculência policial ou pela ação de milícias, muitos discursos de Marielle Franco na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e postagens suas em redes sociais acusavam o Estado de omissão e conivência, inclusive em casos de mortes de policiais. Seu destaque em meio a um momento de crise institucional no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro lhe conferiu projeção nacional e internacional. Em 14 de março de 2018, após participar de um debate sobre empoderamento feminino e negritude, o carro em que Marielle estava foi alvejado por nove tiros de arma de grosso calibre: morreram na hora ela e o motorista do carro. No dia seguinte, sem que houvesse convocação oficial, milhares de pessoas compareceram na praça em frente à Câmara dos Vereadores, para acompanhar o velório, e em diversos países manifestações aconteceram naquele dia e nos seguintes, exigindo apuração do caso e punição dos culpados.

Face à repercussão do caso, selecionamos os quatro artigos de opinião citados. De início, pensávamos que, devido à distância em relação ao acontecido, os textos portugueses abordariam o tema de maneira mais genérica, destacando aspectos mais associados aos desdobramentos do duplo homicídio do que às causas e motivações do crime. Entretanto, os quatro artigos de opinião que examinamos mostram-se claramente a favor da vítima (Marielle) ou claramente contrários à repercussão do homicídio, independentemente do país em que foram publicados. Fica claro, para o leitor desses

Marielle-e-nos#gs.5te4js0>, P2 <<https://observador.pt/opiniao/uma-vitima-entre-60-mil/>>, B1 <https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/03/29/interna_politica,746792/moaci-r-veloso-a-morte-de-marielle-franco.shtml>, B2 <<https://istoe.com.br/esquerda-abutre/>>

artigos de opinião, a maneira como os autores constroem a imagem de Marielle Franco, por isso podemos dividir esses textos em dois grupos, como mostrado na Tabela 1: de um lado, os textos P1 e B1, que a consideram heroína (pois ela morreu devido ao seu comportamento corajoso diante de seus rivais); e, de outro, os textos P2 e B2, que constroem sua imagem como alguém comum, apenas outra vítima da violência no Brasil, e que desmerecem – ou até ridicularizam – os que se compadeceram da morte da vereadora. Essa polarização é enfatizada por meio das estratégias de referenciação e das demais pistas textuais.²

Tabela 1. Polarização argumentativa dos quatro artigos de opinião.

Pró (textos P1 e B1)	Contra (textos P2 e B2)
Reforço positivo da imagem de Marielle (= única)	Generalização/diminuição da imagem de Marielle (= mais uma)
Comentários negativos sobre o crime (Quase) nenhuma referência a opiniões divergentes	Comentários genéricos sobre o crime Desconstrução da imagem de quem defende opinião divergente
Análise das consequências do fato	Crítica à enfática repercussão do fato
Referências a possíveis culpados e motivações para o crime	Levantamento de dúvidas sobre motivações e culpados do crime

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em P1, reiteram-se características que marcaram a trajetória de Marielle, como “mulher”, “cria da Maré”, “pobre”, “negra”, “LGBT”, “favelada”. Em todas as ações associadas a Marielle, são usados termos associados a trabalho, luta, construção, com predomínio de voz ativa: “Em tudo o que fazia, carregava em si a sua condição de *favelada, de mulher negra, de mulher lésbica, de pessoa de esquerda, de democrata inconformada.*”

Chama a atenção, em P1, para a repetição enfática (AD) do nome “Marielle” e a estruturação textual, dividida em quatro partes: a primeira, finalizada com a frase-parágrafo “É mesmo inadmissível”, introduz o artigo de opinião destacando o que “Não vale a pena” discutir em relação ao caso, já apontando para a polarização que se vislumbrará no decorrer do texto entre Marielle e um outro grupo que tenta, no dizer da autora, “despolitizar a morte” da vereadora – “fascistas brasileiros contentes por se sentarem no colo do golpe de Temer”; a segunda, com frases na voz ativa, resumindo a biografia de Marielle, finalizada pela frase-parágrafo “E a voz denunciava”; a terceira, na qual se apresentam os opositores, com repetição da estrutura passiva (“foi profissionalmente executada”/“até ser executada”), com o uso do termo “golpistas” e com estruturas de sujeito indeterminado, como “sentem”, “sabem”; e a quarta, iniciada pela frase-parágrafo “E nós?”, na qual se invoca o interlocutor (povo português) a também se preocupar com um crime como esse – nesta parte, surgem marcas dêiticas de pessoa, como “Nós”, “Nosso”, “teu”.

O uso de dêixis de pessoa (nós/nosso = EU + você(s), o país/Portugal) reitera o caráter ideológico pró-Marielle do texto P1, convidando o leitor à partilha de

² Nos excertos analisados, grifamos termos e expressões que pretendíamos destacar.

envolvimento e instigando seu posicionamento diante do fato: “Qual é o teu compromisso?” é a frase-parágrafo que finaliza o texto. Esse posicionamento ideológico da dêixis também havia sido percebido por Maalej (2013) em discursos políticos. Da mesma forma, para Cabral e Santos, a 1.^a pessoa se constrói não como oposição à 2.^a pessoa, mas em oposição aos ‘outros’; além disso, remissões (in)diretas feitas à 1.^a pessoa funcionam como “uma estratégia que consiste em de alguma forma ‘envolver a enunciação’ (*enveloppeur*, segundo Maingueneau, 1998)” (Cabral & Santos 2016, p. 36).

Seguindo linha semelhante ao artigo P1, B1 apresenta posicionamento pró-Marielle, porém com estrutura textual baseada em uma reflexão histórica, com presença de marcas dêiticas de tempo: ontem/outroa (1.^o e 2.^o parágrafos) X hoje/agora (3.^o e 4.^o parágrafos e início do 5.^o) X futuro (final do 5.^o, a partir de “Acredito que a completa elucidação nesse caso criminal será decisiva.”) Essa reflexão busca explicar a origem do estado atual de violência do estado do Rio de Janeiro, que, segundo o articulista, chegou à marca de números expressivos de homicídios devido à leniência política de governadores, desde a década de 1990.

Em B1, Marielle é apresentada o tempo todo de maneira positiva, como exemplo a ser seguido e vítima de seu trabalho de denúncia: “*Jovem, empolgada e combativa*, foi vítima de *sua inexperiência e inequívoca honestidade*”; “Marielle [...] servirá de estímulo para que outras ou outros assumam o bastão que ela carregava com *invulgar coragem e determinação*”; “*uma jovem mãe inocente*, que apenas fazia seu trabalho: melhorar o mundo em que vivemos”. Já os opositores são apresentados de maneira negativa, como criminosos e abutres: “A verdade sobre quem era Marielle veio à tona e desmoralizou *os abutres* de sempre. [...] quem são *os autores dessa barbárie*, o que lançará luz sobre os motivos que levaram *esses animais* a tirarem a vida de Marielle. [...] a completa elucidação nesse caso criminal será decisiva para abrir a caixa-preta *das falanges* que agem com desenvoltura nos *bolsões da criminalidade* [...] *os criminosos* se verão frente a frente com a realidade resultante de grande mal que fizeram no dia em que *saíram de suas tocas, armados e decididos a ceifar a vida* de uma jovem mãe inocente.”

Destaque-se que o jornal onde foi publicado B1 é do estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro, bem distante, portanto, do Rio de Janeiro, o que talvez explique o tom acusatório em relação aos políticos citados no artigo – algo pouco comum nos jornais cariocas, devido ao possível envolvimento de políticos, policiais e milicianos no crime. Outro aspecto relevante na análise de B1 é a maneira como se marcam axiologicamente o crime e seus desdobramentos, por meio de anáforas encapsuladoras: “bárbaro assassinato”, “Execução de Marielle”, “Abjeta campanha difamatória”. Trata-se, portanto, de um artigo de opinião que se mostra claramente favorável a Marielle e contrário aos que planejaram a morte e a executaram, apontando a origem da violência de que Marielle foi vítima.

Assim, em P1 e B1, Marielle é apresentada como quase uma mártir, o que a contrapõe aos assassinos e mentores. Para Palumbo,

Quando, no e pelo discurso, referimo-nos a uma pessoa como heroína ou a uma situação social como justa ou injusta, não necessariamente apresentamos um atributo imanente a

ela, mas sim posicionamo-nos em um específico lugar social e, a partir de nossas crenças e de nossos valores, construímos discursivamente o outro de diversas maneiras, conforme as características específicas de produção. (Palumbo 2014, p. 35)

Por outro lado, os artigos de opinião P2 e B2 não chegam a criticar explicitamente Marielle, mas sugerem que sua imagem foi construída artificialmente e minimizam o crime, enfatizando o posicionamento crítico relacionado às pessoas que se comoveram com sua morte, aos seus correligionários. Assim, esses textos colocam-se no outro extremo da polarização.

Começando por P2, é interessante destacar como o articulista parte de uma separação espacial Brasil/Portugal, sem recorrer à dêixis – exceto pela expressão “deste lado do Atlântico”. Assim, enquanto o termo “Brasil” é repetido, sempre associado à violência (“resmas de cadáveres”, “foram abatidos”), a referência ao país de publicação do artigo aparece como “Portugal”, “os portugueses” e “deste lado do Atlântico”, com referência em 3.^a pessoa – o que, em contraponto a P1, denota um caráter ideológico de afastamento ao envolvimento nos fatos. Além disso, chama a atenção a recorrência enfática da estrutura de pergunta com respostas em forma de negação que iniciam todos parágrafos e algumas frases internas: “O que distinguia uma vítima de quem, suponho, 99,95 dos portugueses *nunca* ouviram falar? *Não* foi o facto [...] *Não* foi o facto [...] *Nenhuma* [...] *Nem um* [...] *‘Não, senhor.’* *Nada* [...]”.

Assim, em P2, percebe-se uma desconstrução da relevância do crime, que reitera o próprio título do artigo “Uma vítima entre 60 mil”: “Brasil [...] o país com mais assassinios no mundo, e o décimo quarto qualitativamente.”, “o Rio [é] um lugar bastante prolífico na matéria”. Também se desmerece quem se manifesta contra o assassinato da vereadora e ela própria (que seria uma impostora ao se declarar favelada), com diversas ironias, às vezes marcadas por aspas: “Da indignação nas ponderadas ‘redes sociais’”; “[...] o crime ter tido uma *provável motivação política*. Na vizinha Venezuela, são frequentes as matanças por razões ‘ideológicas’, com ou sem aspas, e nenhuma comove os portugueses ‘oficiais’”; “Não foi o facto de a dona Marielle ser ‘favelada’, *impostura* repetida nos obituários e desajustada a uma cidadã que trepou pela escada social e pela política. Além disso, *‘favelados’ a sério* são alvos preferenciais da cultura de violência predominante no Brasil e não consta que estimulem vigílias em Lisboa”.

Em todo o texto, a referência à vítima é feita por meio das anáforas diretas “Marielle Franco”/“dona Marielle”, somadas a pistas textuais que colaboram para desconstruir sua importância e até mesmo sua imagem: “uma vítima de quem, suponho, 99,95 dos portugueses *nunca* ouviram falar”; “Não foi o facto de a dona Marielle ser ‘favelada’, *impostura* repetida nos obituários e desajustada a uma cidadã que trepou pela escada social e pela política”; “Não foi o facto de a dona Marielle ser, *conforme lembraram os ‘media’ com curioso frémito, ‘mulher, negra e lésbica’*”; “O homicídio da dona Marielle provocou rebuliço porque a *senhora* era ‘*activista*’, *suave código para ‘comunista’*”. Observam-se nesses exemplos, que mesmo o facto de Marielle ter vivido em uma favela é questionado, considerado uma “impostura” pelo articulista, sugerindo que a mídia, “com curioso frémito”, constrói sua imagem. Ainda a respeito dos excertos supracitados, destaque-se que, no Brasil, o verbo “trepou” tem conotação sexual, além

de significar “subir”, portanto, dizer que Marielle “trepou pela escada social e pela política” significa questionar, inclusive, sua índole moral.

Em relação às pessoas, no Brasil, em Portugal e em outros locais, que lamentaram publicamente a morte de Marielle Franco, a crítica contundente deste texto ao motivo que levou à comoção pelo assassinato (ou “homicídio”, termo usado no início de P1, que carrega conotação mais técnica) pode ser resumida por um trecho do último parágrafo: “a unanimidade fúnebre abençoa unicamente os que combatem injustiças discutíveis em prol de injustiças inomináveis”. Finalmente, o último enunciado do texto, que também serve como subtítulo, reitera e resume a perspectiva ideológica de desmerecer a vítima e aqueles que dela se compadecem: “Dado que Marielle Franco partilhava uma religião que se limita a considerar a vida dos fiéis, e a desprezar as vidas restantes, o barulho selectivo e sonso em volta da sua morte é inteiramente adequado.”

Seguindo linha ideológica semelhante, B2 enfatiza uma crítica às pessoas de esquerda (viés político assumido por Marielle, seus eleitores e admiradores) e não destaca a importância dos fatos. Em vez disso, B2 apresenta a vítima e os fatos da maneira mais distante possível: “a morte da vereadora do PSOL”; “Marielle Franco”, “Marielle”; “a morta”; “a pessoa Marielle”.

O articulista é conhecido pelos frequentes ataques à esquerda em todos os seus textos e, em B2, os fatos novamente dão lugar a essas críticas, desmerecendo a repercussão da morte de Marielle em prol de desdobramentos políticos: “*Os socialistas mal conseguiram esconder a alegria: sambaram em cima do cadáver de Marielle Franco, acreditando na mudança do cenário político*”. Assim, todos os que se compadeceram do assassinato são colocados em um mesmo grupo, desqualificado durante o texto: “baixíssimos padrões da extrema-esquerda”; “os socialistas”; “a esquerda radical”; “esquerda caviar, que retrata aquela elite culpada que adora o socialismo revolucionário do conforto de suas mansões”; “a mesma turma”; “outra maré: aquela vermelha que se espalha pelo Leblon e idolatra Freixo e o PSOL”; “o processo de canonização dela só por ser socialista”; “a esquerda”; “pisotear o corpo da própria companheira”; “esquerda abutre”; “A campanha de santificação da vereadora morta”.

Em especial, o trecho “outra maré: aquela vermelha que se espalha pelo Leblon e idolatra Freixo e o PSOL” deixa clara a crítica à esquerda, utilizando uma série de referências: a cor vermelha, geralmente associada a partidos comunistas e socialistas; o jogo de palavras com o termo “maré” (a favela de onde Marielle veio é a Favela da Maré; maré é termo usado, no Brasil para indicar uma sucessão de eventos semelhantes; Leblon é um bairro carioca com praia); o bairro do Leblon é um dos mais elitizados do Rio de Janeiro (portanto associar a esquerda a esse bairro reitera o termo “esquerda caviar”, cunhado pelo articulista e repetido em diversos dos seus textos); a citação do partido político ao qual Marielle era filiada (PSOL) e a um de seus mais famosos representantes legislativos (Marcelo Freixo) associa, mais uma vez, a divulgação do crime a intenções partidárias.

Assim como ocorreu em P2, também em B2 chama a atenção a presença de ironias e do uso de aspas, em trechos que tratam do crime e de quem se manifesta contra ele: “*O nível baixou tanto que apodreceu o caviar. Agora é esquerda abutre, bicho*”

asqueroso que vive da carniça dos outros. A campanha de *santificação da vereadora morta, uma mártir da causa*, foi simplesmente absurda. Todos os ‘formadores de opinião’, com apoio de artistas e ‘intelectuais’, passaram imediatamente a enaltecer não aspetos individuais dela, como carácter ou bondade, mas *sua ideologia e seus atributos ‘identitários’*, como a cor da pele, a bissexualidade e a origem humilde”. Essa ênfase em desmerecer a esquerda, enquadrando todos aqueles de quem o articulista discorda em um mesmo grupo, ilustra o que destaca Breton (2012, p. 130): “Toda ideia com a qual eu não concordo não se apoiaria sobre raciocínios inválidos, mas sim sobre opiniões consideradas manipuladoras”. Dessa forma, intelectuais que saíram às ruas e foram à mídia para falar de Marielle são ridicularizados, e as características de cor de pele, gênero, orientação sexual e local de nascimento – sempre associadas a Marielle e tão essencialmente destacadas em P1 – são agora diminuídos.

A frase que inicia o quinto parágrafo, antecipando a conclusão do artigo de opinião, resume o posicionamento do texto: “No fundo, *a narrativa* foi construída com um só intuito, que nada tem a ver com louvar *a pessoa Marielle: fortalecer o socialismo*”. Ou seja, o que está em questão não é o fato, mas a narrativa do fato – tomada quase que como ficção. Assim, ao diminuir a importância da vítima, desmerecer quem pensa como ela e polemizar as motivações não do crime, mas da repercussão da ‘narrativa’, B2 coloca-se, junto a P2, no polo argumentativo oposto a B1 e P1.

5. Reflexões finais

Neste texto, após o enquadramento teórico, procedemos à análise de quatro artigos de opinião, publicados em *websites* jornalísticos brasileiros e portugueses, que difundiram a notícia do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco. O nosso objetivo principal foi descrever casos de dêixis e anáfora numa perspectiva textual-discursiva, observando a construção de sentido referente à polarização em relação ao assassinato. Os artigos de opinião analisados demonstram como as estratégias de referenciação colaboram para a arquitetura argumentativa, ora reforçando positivamente a imagem da vereadora Marielle Franco, ora criticando negativamente quem a defende.

Retomando as reflexões iniciais sobre os pressupostos da LT, comprovamos, com os artigos de opinião, o que defende Koch:

A língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes, quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. (Koch 2008, p. 292)

Assim, encontramos em P1/B1 uma abordagem pró-Marielle e em P2/B2 um tratamento que ora desmerece a vítima e o crime, ora critica quem a defende. Ainda que os textos analisados sejam artigos de opinião, e não notícias, o alerta de Prior (grifos do autor) a respeito do *status* da mídia complementa nossa análise:

Recorrendo a recursos linguísticos ou a estratégias de referenciação, o *medium* procura despertar nos destinatários *o efeito de real* no sentido de convencer o leitor de que aquilo que é narrado encontra relação com a realidade, encontra relação com o *referente*. A

contextualização das hipotéticas transgressões, a identificação das personagens envolvidas nessas transgressões e na publicitação ou denúncia das mesmas, a especificação temporal dos acontecimentos, muitas vezes recorrendo a infografias cronológicas que transportam o leitor para o tempo dos acontecimentos, a identificação dos lugares, ou o recurso a citações ou testemunhos, são estratégias narrativas que, ao mesmo tempo que permitem reconstituir um acontecimento intrinsecamente complexo, também conferem veracidade aos factos narrados. (Prior 2015, p. 110)

Quem lê, portanto, apenas P1/B1 constrói uma imagem dos factos e das personagens envolvidas completamente diferente de quem lê P2/B2. Independentemente do país de publicação dos artigos, o posicionamento ideológico fica evidente na construção argumentativa dos textos. Chama a atenção, porém, o tom agressivo com o qual P2/B2 constroem os objetos de discurso, principalmente devido às ironias e ao uso de aspas ao se referir à vítima ou aos seus defensores e aliados – o que nos lembra a reflexão de Perelman e Olbrechts-Tyteca:

Graças à possibilidade de uma argumentação que forneça razões, mas razões não coercitivas, é que é possível escapar ao dilema: adesão a uma verdade objetiva e objetivamente válida, ou recurso à sugestão e à violência para fazer que se admitam suas opiniões e decisões. (Perelman & Olbrechts-Tyteca 2005 [1958], p. 581)

Além disso, em B2, há uma especial releitura da imagem de Marielle Franco, com a sugestão de que seu perfil foi construído pela mídia. O facto de associar a mídia, tradicionalmente hegemônica, à construção positiva de uma personalidade de esquerda, revela-se no mínimo contraditório, pois “a mídia reforça compreensões hegemônicas da política, que envolvem a confirmação dos atores e posições que dela fariam parte de maneira legítima.” (Miguel, Biroli & Salgado 2016, pp. 45–46).

Todas essas reflexões sobre a perspectiva argumentativa e ideológica dos quatro artigos de opinião é essencial para compreender a estruturação desses textos e as marcas linguísticas que podem ser percebidas na construção de sentidos. Com esta reflexão teórico-prática pretendemos colaborar para os estudos de interface entre referenciação e género textual, especificamente em se tratando de géneros textuais aos quais os leitores têm fácil acesso via *web*.

Referências

- Abbot, B. (2010). *Reference*. Oxford: Oxford University Press.
- Amossy, R. (2008). Argumentation et Analyse di Discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. *Argumentation et Analyse du Discours 1*, 1–16.
- Amossy, R. (2009). The New Rhetoric's inheritance. *Rhetorical and Discourse Analysis. Argumentation*, 23, 313–324.
- Anscombe, J. & Ducrot, O. (1976). L'argumentation dans la langue. *Langages*, 42, 5–27.
- Apothéloz, D. & Reichler-Béguelin, M. (1995). Construction de la référence et stratégies de désignation. In A. Berrendonner & M. Reichler-Béguelin (Eds.), *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores* (pp. 227–271), Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel.
- Benveniste, É. (1995 [1988]). *Problemas de linguística geral*. (Vols. I–II). Campinas: Pontes.
- Borreguero, M. (2006). Naturaleza y función de los encapsuladores en los textos

- informativamente densos (la noticia periodística). *Cuadernos de Filología Italiana*, 13, 73–95.
- Breton, P. (2012). Como convencer? Da comunicação argumentativa à manipulação. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 3, 117–132.
- Breton, P. & Gauthier, G. (2001). *História das teorias da argumentação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Cabral, A. & Santos, L. (2016). Dêixis pessoal e verbos na construção de um objeto de discurso argumentativamente orientado. *Conexões Letras*, 15, 25–40.
- Carreira, M. H. Araújo (2008). Dêixis e proxémica verbal: Percursos enunciativos e processos discursivos. In F. Oliveira & I. Duarte (Orgs.), *O fascínio da linguagem: homenagem a Fernanda Irene Fonseca* (pp. 45–53). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cavalcante, M. (2011). *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: UFC.
- Cavalcante, M., Rodrigues, B. B., & Ciulla, A. (2003). (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P. (2008). *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- Conte, M. (1999). *Condizioni di coerenza. Ricerche di linguistica testuale*. (2ª ed. ampl.) Alessandria: Edizioni dell’Orso.
- Cornish, F. (2011). “Strict” anadeixis, discourse deixis and text structuring. *Language Sciences*, 33, 753–767.
- Ducrot, O. (1988). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- Dummett, M. (1990). El carater social del significado. In M. Dummett, *La verdad y otros Enigmas* (pp. 515–526), México: Fondo de Cultura Económica.
- Fillmore, C. (1975). *Lectures on deixis 1971*. Berkeley: University of California.
- Fonseca, F. (1992). *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Eng. A. de Almeida.
- Fuchs, A. (1992). Remarks on deixis. *Akups*, 88, 1–63.
- Kleiber, G. (2001). *L’anaphore associative*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Koch, I. (2002). Linguagem e cognição: construção e reconstrução dos objetos de discurso. *Veredas*, 6 (1), 29–42.
- Koch, I. (2003). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- Koch, I. (2008). Léxico e progressão referencial. *Estudos em Homenagem ao Professor Mario Vilela*, vol. 1 (pp. 263–275). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Koch, I. (2014). *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Contexto.
- Koch, I. & Marcuschi, L. A. (1998). Processos de Referenciação na Produção Discursiva. *Revista Delta*, 14, 169–190.
- Levinson, S. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyons, J. (1977). *Semantics*, 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maalej, Z. (2013). Framing and manipulation of person deixis in Hosni Mubarak’s last three speeches: a cognitive-pragmatic approach. *Pragmatics*, 23 (4), 633–659.
- Marcuschi, L. A. (2001). Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, 56, 217–258.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.
- Marques, M. (2011). Argumentação e(m) discursos. In I. Duarte & O. Figueiredo (Orgs.), *Português, língua e ensino* (pp. 287–310), Porto: Universidade do Porto.
- Miguel, L., Biroli, F. & Salgado, S. (2016). Meios de comunicação e política: evolução histórica e comparações entre Brasil e Portugal. In H. Prior, L. Guazina & B. Araújo (Orgs.), *Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política* (pp. 43–72), Covilhã: Editora LabCom. IFP.
- Mondada, L & Dubois, D. (2003). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In M. Cavalcante, B. Rodrigues & A. Ciulla (Orgs.). *Referenciação* (pp. 17–52), São Paulo: Contexto.
- Nelson, R. J. (1992). *Naming and Reference*. London / New York: Routledge.
- Palumbo, R. (2014). *Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial*. (Tese

- de Doutorado em Linguística). São Paulo: FFLCH/USP.
- Pecorari, F. (2015). Incapsulatori anaforici e discorso riportato nell'italiano giornalistico: sfruttamenti coesivi della dimensione enunciativa. *Bulletin VALS-ASLA, Spécial* (1), 227–244.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, T. (2005 [1958]). *Tratado de argumentação*. (2ª ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Prior, H. (2015). Escândalo político como experiência narrativa. *Brazilian journalism research*, 11 (2), 100–119.
- Santos, L. & Cavalcante, M. (2014). Referenciação: *continuum* anáfora-dêixis. *Intersecções*, 12 (1), 224–246.
- Santos, L., Pinto, R. & Cabral, A. (2016). Referenciação em textos jurídicos: da argumentação da língua à argumentação no gênero. In R. Pinto, A. Cabral & M. Rodrigues (Orgs.), *Linguagem e Direito* (pp. 165–178), São Paulo: Contexto.
- Santos, L., Cuba Riche, R., & Teixeira, C. (2012). *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto.
- Schiffirin, D. (1990). Between text and context: Deixis, anaphora, and the meaning of then. *Text*, 10 (3), 245–270.
- Vallauri, E. (2007). The deep relation between deixis and anaphora. In E. Pizzuto, P. Pietrandrea & R. Simone (Eds.), *Verbal and Signed Languages – Comparing structures, constructs and methodologies* (pp. 309–338), Berlin/New York: Mouton De Gruyter.
- Yang, Y. (2011). A Cognitive Interpretation of Discourse Deixis. *Theory and Practice in Language Studies*, 1 (2), 128–135.

[recebido em 30 de abril de 2019 e aceite para publicação em 10 de janeiro de 2020]